

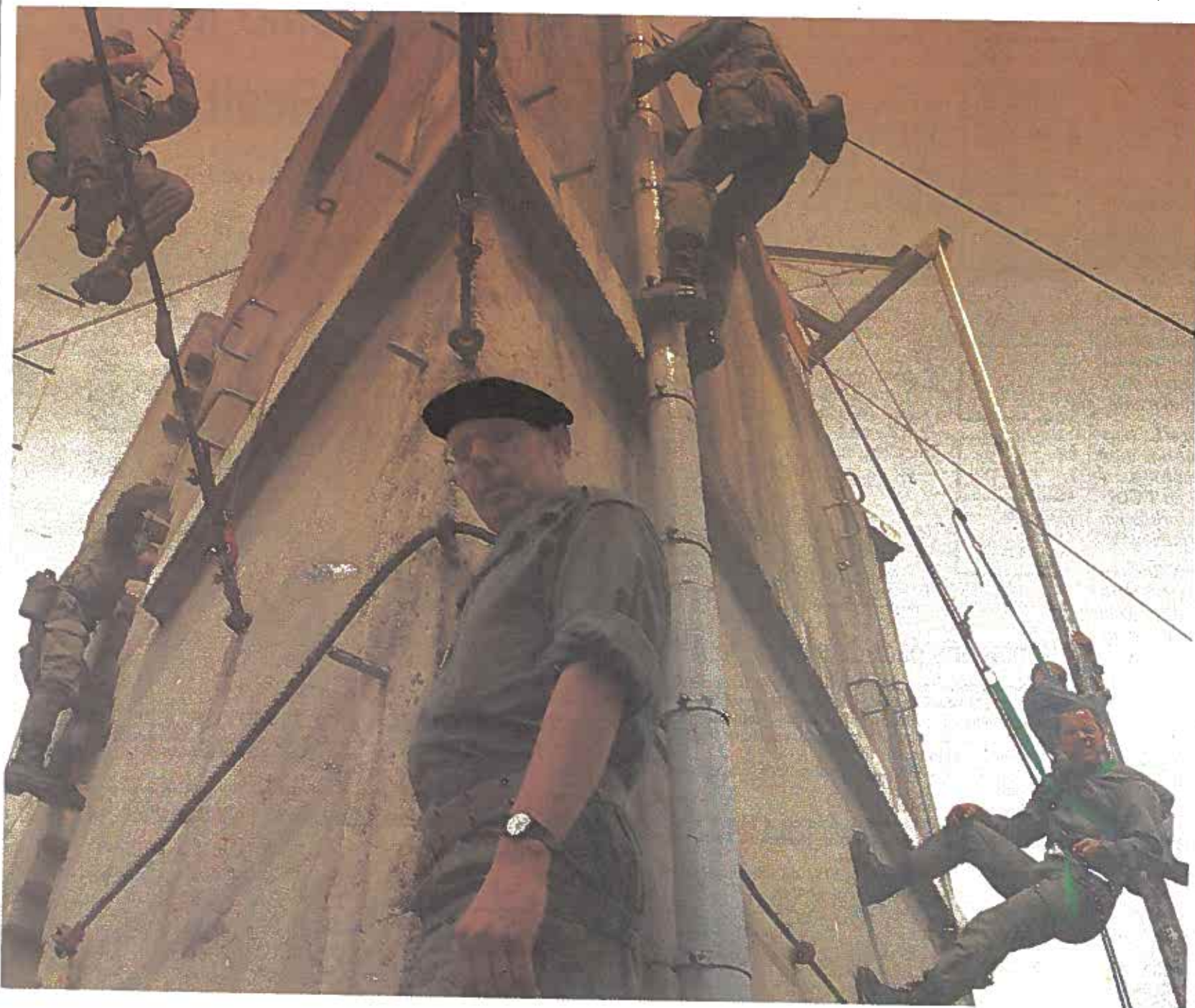
SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director ARMANDO PARREIRA • Publicação bimestral • 150\$ • Set./Out. 93 • n.º 13

Quadros de pessoal afunilam carreiras

Os novos Quadros de Pessoal afunilam drasticamente as possibilidades de progressão na carreira dos sargentos. (páginas centrais)



Os Sargentos contestam as alterações introduzidas na constituição, normas de eleição e funcionamento dos Conselhos de Classe da Armada.

(página 3)

No cálculo da contagem de tempo de serviço para efeito de aposentações estão a ser apuradas dívidas superiores à remuneração auferida no mesmo período.

(páginas centrais)

EDITORIAL

Em Junho de 1992, a ANS entregou na Assembleia da República uma proposta de alteração do Art.º 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Procurou-se, dessa forma, contribuir para um debate não só importante como necessário. Até porque, aquando da aprovação da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar pela Assembleia da República, em 1989, todos os grupos parlamentares foram unânimes em reconhecer que o Art.º 31.º é excessivamente limitativo dos direitos dos cidadãos militares, não o alterando nessa altura, segundo a opinião do deputado Ângelo Correia, por o *timing* não ser o adequado.

Passados mais de quatro anos, o Art.º 31.º permanece inalterado. O argumento utilizado para protelar a sua alteração, se alguma vez foi válido, está mais que caducado e é incompreensível a recusa, a falta de vontade política, de iniciar o debate sobre tão proeminente questão.

Entretanto, o Governo anunciou, com aparato, que apresentaria na Assembleia da República, até ao fim do corrente ano, os projectos de novos Regulamento de Disciplina Militar e Código de Justiça Militar — a este propósito é oportuno recordar que esta iniciativa tem um atraso de dez anos porque a LDNFA, aprovada em 1982, impunha a apresentação destes projectos no prazo de um ano. Todavia, o importante agora é equacionar que reconhecimento e salvaguarda de direitos contemplarão estes novos documentos quando estas alterações são efectuadas na base do actual Art.º 31.º? Será apenas uma operação de cosmética?

Em Abril deste ano, os sargentos entregaram ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Procurador Geral da República um documento com 1300 assinaturas, no qual se queixavam das anomalias e injustiças praticadas com aplicação do Novo Sistema Retributivo. No documento, os sargentos justificavam o recurso às altas instâncias do Estado pelo facto de sentirem, «após decorridos três anos de infrutíferas diligências junto da hierarquia militar, estarem

cont. na pág. 2

EDITORIAL

cont. da pág. 1

esgotadas as vias para a resolução das anomalias, discrepâncias e injustiças praticadas com o NSR». Em Agosto, a Assembleia da República respondeu dando conta do indeferimento liminar do referido documento, fundamentando a decisão no facto de ser vedado aos militares em serviço efectivo, pelo n.º 8 do Art.º 31.º da LDNFA, o recurso ao uso deste direito fundamental.

Estamos perante uma situação, no mínimo, absurda e anómala num Estado democrático e de direito que é negar-se a um grupo de cidadãos a possibilidade de exercerem o seu legítimo direito de defesa. A Assembleia da República, que tem a competência exclusiva de legislar e alterar a LDNFA não o faz, mas, simultaneamente, refugia-se na mesma Lei que não altera para indeferir um documento que um grupo de cidadãos portugueses lhe faz chegar.

Ontem, por questões de timing, hoje por falta de vontade política, amanhã, será por teimosia e arrogância, persistirá este Art.º 31.º, qual «pescadinha de rabo na boca»?

ANS candidatou-se a organizar Presidium da EUROMIL

O Presidium da EUROMIL reuniu nos dias 30 de Setembro e 1 e 2 de Outubro, em Bratislava, na Eslováquia.

O representante da ANS, Fernando Fontes, apresentou a candidatura da Associação para ser anfitriã do Presidium da EUROMIL em Outubro de 1994. Tanto a reunião do Presidium da EUROMIL como a candidatura da ANS serão temas que o próximo número de «O Sargento» tratará mais pormenorizadamente.

O presidente da EUROMIL, Jens Rotbooll, esteve em Portugal nos dias 24, 25 e 26 de Setembro, para participar num seminário da ECCO sobre a participação de consórcios em missões internacionais.

Durante a sua estada, Jens Rotbooll efectuou uma reunião com a ANS para acertar acções conjuntas a realizar com a EUROMIL para pôr cobro às anomalias, discrepâncias e injustiças com a entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo.



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS; REDACÇÃO: RUA BARÃO DE SABROSA, N.º 91-1.º ESQ - 1900 LISBOA; TELEFONE: 8154966; FAX: 8154958; FOTOCOMPOSIÇÃO E MONTAGEM: TEXTAG, LDA; IMPRESSÃO: GRAFINTER, LDA; TIRAGEM: 5000 EXEMPLARES; DEPÓSITO LEGAL: 48582/91; REGISTO NA DGCS: 115109.

CARTA AOS LEITORES

Construir o futuro é a grande ideia que a todos deve mobilizar. Mas é uma ideia que só alguns podem efectivar e isto porque tem de haver desempregados para que outros (poucos) paguem mal, mas ganhem muito, a saúde e o ensino têm de ser pagos para que só alguns sobrevivam e agora, exemplo máximo de modernização, pagamos para que os agricultores e os pescadores não produzam, para assim Portugal deixar de ter capacidades próprias e absorva os excedentes comunitários.

O novo plano de desenvolvimento regional, a realizar nos próximos 6 anos, é um instrumento decisivo para ajudar à construção do futuro e vai contribuir para a criação de 100 000 novos postos de trabalho. Claro está, que entretanto cerca de 25 000 pessoas ficam por mês no desemprego.

Como várias vezes salientei, a política económica rege-se por quatro orientações:

- 1) *Disciplina financeira para os trabalhadores. Com os impostos pagos a tempo, mas os reembolsos devidos pagos com atraso — a Bem da Nação — e contenção com as despesas de consumo do Estado, privatizando sectores fundamentais para a nossa independência, mas isso não interessa.*
- 2) *Estabilidade cambial. Com o escudo a reboque da*

peseta e o erário público a suportar um escudo forte, fruto de uma visão maquiavélica do bem conhecido Braga de Macedo, que eu faço questão de apoiar (ele é tão cómico...).

3) *Promoção das reformas estruturais necessárias ao aumento da produtividade com legislação que aperte mais os direitos dos trabalhadores, com a possibilidade de despedir mais facilitada, com reformas antecipadas a troco de uns escudos, etc.*

4) *Apoio permanente ao diálogo com base no princípio: o que eu digo é para se fazer. Considero essencial manter estas orientações de fundo. Seria um erro andar aos ziguezagues. Eu e os meus Ministros só andamos aos ziguezagues. Quanto aos ziguezagues ponho os seus ajudantes, isto é, os Secretários de Estado.*

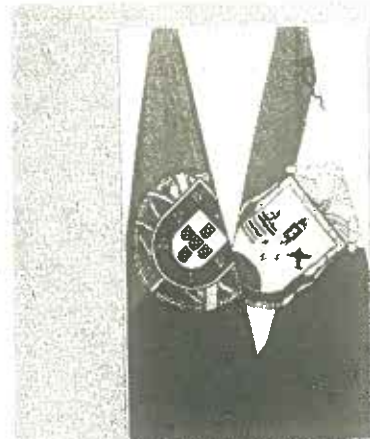
É este o rumo que vamos continuar a seguir. Por mim, estou seriamente convencido de que, com demagógica confiança e trabalho para vocês, Portugal vai vencer.

O Carteiro
do Quartel

OBS.: Esta carta é pura ficção. Qualquer semelhança desta com qualquer outra é pura coincidência.

Associativismo Militar: Direitos e Restrições

O livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições», editado pela ANS, tem 72 páginas, em formato A4, capa em quadricromia e impressão em off-set. Está disponível na sede da Associação ou pode ser pedido, pelo correio, através do preenchimento do cartão abaixo reproduzido. Para os sócios da ANS o preço do livro é de 1000\$00, mais 58\$00 de portes do correio. Para os não sócios é de 1250\$00, mais 58\$00 de portes de correio.

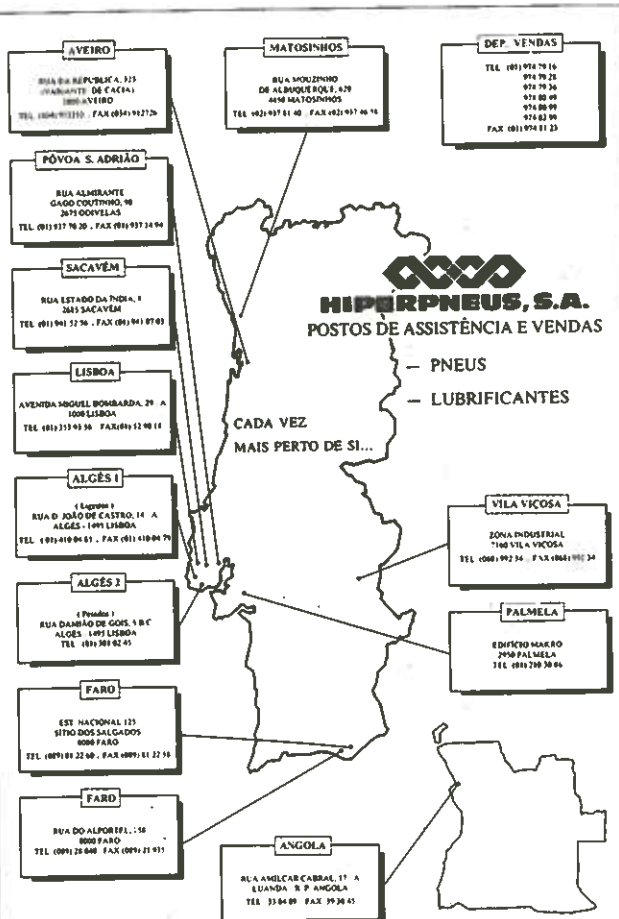


ASSOCIATIVISMO MILITAR: DIREITOS E RESTRIÇÕES

«Ilustrativo (...) da constante procura de acesso aos mais elementares direitos de cidadania pelos cidadãos militares que não aceitam ser marginais à Nação que servem, este livro retrata uma época de viragem nas relações dentro das Forças Armadas e entre os cidadãos e os seus militares». (Excerto do texto do convite da ANS para a cerimónia de lançamento do livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições».)

Queiram enviar-me o livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições» para:

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ C. Postal _____
☐ Sócio da ANS n.º _____ (preço: 1000\$00 + 58\$00 = 1058\$00)
☐ Não sócio (preço: 1250\$00 + 58\$00 = 1308\$00)
Forma de Pagamento: Cheque ou Vale Postal n.º _____
Enviar para: Associação Nacional de Sargentos
Rua Barão Sabrosa, 91 - 1.º Esq.
1900 LISBOA



Vantagens para os sócios da ANS

Apenas mediante a apresentação do respectivo cartão, os sócios da ANS beneficiam de condições especiais na empresa Hiperpneus S.A. Decorrente do protocolo estabelecido entre a Associação e aquela empresa, os sócios beneficiam das seguintes vantagens:

- PNEUS NOVOS:** 40% de desconto sobre os preços da Tabela Pública;
— Montagem: Gratuita;
— Serviços: Alinhamento da direcção e equilíbrio de rodas com 20% de desconto sobre os preços da Tabela Interna.
- LUBRIFICANTES GALP:** 30% de desconto sobre os preços da Tabela Pública;
— Mudanças de Óleo: Gratuitas.

Direitos dos militares

A Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) promove no próximo dia 5/11/93, pelas 21 horas, na Casa da Imprensa (ao Camões) um colóquio subordinado ao tema «Os Direitos dos Militares». Esta iniciativa conta já com a presença de um conjunto de personalidades civis e militares e é aberta a todos os militares que queiram participar.

Sargentos contestam alteração dos Conselhos de Classe da Armada

Correspondendo a um apelo da ANS, mais de 80 por cento dos sargentos não votaram nas eleições para os Conselhos de Classe da Marinha e cerca de dois terços dos votantes fizeram-no em branco. Estes resultados traduzem a contestação dos sargentos às alterações à composição, normas de eleição e funcionamento daquele órgão, denunciou a Comissão Permanente de Ramo da Armada da ANS.

Em comunicado, a Comissão Permanente de Ramo afirma que «os sargentos da Armada sempre defenderam e continuam a defender os Conselhos de Classe, porque pensam que são órgãos importantes na defesa das suas carreiras — por isso têm de ser representativos — no entanto não podemos concordar que 95 por cento da classe seja impedida, por



decreto-lei, de ser potencialmente eleito».

O Decreto-Lei 199/93, de

3 de Junho, alterou radicalmente a constituição, normas eleitorais e o funcionamento

dos Conselhos de Classe da Marinha. Estas alterações limitam aos sargentos-mor e

sargentos-chefe a representação no Conselho de Classe e marginalizam os sargentos-ajudantes e os primeiro-sargentos, retirando-lhes a possibilidade de serem eleitos e reduzindo para menos de cinco por cento o número de eleitores que pode ser eleito.

Esta prática põe em causa a representatividade e independência dos Conselhos de Classe e contraria o princípio da uniformização da legislação dos três ramos das Forças Armadas, uma vez que, diferentemente do que agora acontece na Armada, nos outros ramos fazem parte do Conselho todos os postos da classe de sargentos.

Até aqui, os Conselhos de Classe eram compostos por sargentos-mor, sargentos-chefes, sargentos-ajudantes e primeiro-sargentos. Com o DL 199/93 passaram a estar

representados, somente, os sargentos-mor e os sargentos-chefes, pelo que só estes podem ser eleitos.

Nos anteriores Conselhos era designado relator o sargento mais moderno que deles fazia parte. Cabia ao relator preparar os documentos que serviam de suporte à apreciação, apresentar o apreciado ao Conselho e emitir a primeira opinião.

O DL 199/93 confere a função de relator a um oficial dos Efectivos e Carreira Naval. Sabendo-se quão importante é a primeira opinião, esta alteração pode ser entendida como uma forma de fazer pender as decisões do Conselho a favor das posições da hierarquia, recaindo o odioso das decisões nos sargentos-chefes e mor, o que não abona para a transparência dos processos de funcionamento dos Conselhos.

Serviço Militar Feminino

Nem igualitarismo nem privilégios

A abertura das Forças Armadas à entrada de mulheres é, hoje, considerada unanimemente como uma iniciativa positiva que só pecou por ser tardia. Nas abordagens que foram feitas ao tema, além de se saudar a referida abertura, expressaram-se, contudo, algumas preocupações no sentido de prevenir discriminações e outro tipo de problemas relacionados com infra-estruturas, etc.

Ainda é cedo para uma avaliação efectiva da situação, mas registam-se já problemas que urge ultrapassar, sob pena de ganharem uma importância desnecessária.

Numa vertente, esses problemas decorrem de situações em que as jovens militares não fazem serviço de es-

cala ou só o fazem parcialmente por falta de infra-estruturas. Este aspecto está a provocar, até, uma dupla desigualdade, uma entre as jovens militares que estão em unidades aptas a acolhê-las e as que estão nas unidades inaptas, e outra entre as e os jovens militares, sentindo-se estes com mais obrigações/deveres que os seus pares femininos.

Noutra vertente, tem-se instalado algum mal-estar devido a casos em que as jovens militares, perante um problema, se dirigem directamente aos comandantes, ignorando os seus chefes directos.

Se se tiver em conta que o princípio da «cadeia de comando» é um princípio fun-

damental, estes acontecimentos apenas se compreendem por resultarem da preocupação de acompanhar a situação e de desdramatizar os estereótipos existentes sobre a vida militar.

Todavia, importa evidenciar que aos jovens militares não é permitida tanta tolerância, o que cria uma situação de discriminação e compromete a coesão.

Mas, se nos aspectos referidos se pode exigir igualdade de tratamento para as e os jovens militares, é evidente que uma solução cabal para os problemas não poderá jamais submeter-se a uma visão meramente igualitarista. Ainda assim, a prática de privilégios não é, obviamente, a alternativa.

Falta formação para missões internacionais

É notório o crescente envolvimento das Forças Armadas Portuguesas em missões internacionais, as quais o ministro da Defesa, Fernando Nogueira, tem vindo a enaltecer em repetidas declarações. Contudo, nada mudou visando a preparação dos militares portugueses para algumas dessas missões, nem tão-pouco melhorou o quadro das regalias sociais.

A Guerra do Golfo constituiu um ponto de referência exemplificante da alteração da situação internacional. Por um lado, quanto ao modo de fazer a guerra, fruto da capacidade tecnológica dos meios empregues. Por outro lado, foi a partir da Guerra do Golfo que os conceitos estratégicos e militares, desde logo o da NATO, sofreram alterações e ganhou cor-

po o recurso crescente a forças multinacionais para missões de paz no quadro da ONU, estando até em discussão a possibilidade de ser constituída uma força permanente da ONU. E, embora não directamente ligado com a matéria em análise, não se pode deixar de dizer que foi também após a Guerra do Golfo que a NATO aprovou a possibilidade de intervir «out of area»; que o Japão enviou pela primeira vez militares para fora do seu país, etc.

Regressando à matéria em apreço, é claro que quando uma força militar é destacada para uma missão de garantia de um dado processo de paz ou humanista, embora os meios que vemos sejam essencialmente militares, a

missão é essencialmente policial.

Esta questão é, não se dirá um volta-face, mas uma alteração significativa nas condutas, nos comportamentos e discernimentos a ter por parte dos militares.

Como se pôde ler num jornal diário, o general Cerqueira da Rocha dizia que a «agressividade é coisa que deve ser afastada nas acções humanitárias da ONU. Não será bem um 'dá licença que dispare?', mas quase.

Primeiro há que avisar o adversário, depois dar um ou outro tiro para o ar e só depois abrir fogo 'a sério', mas, mesmo assim, inicialmente só para as pernas.»

Ora bem, não é com um exercício Orion que esta re-
adaptação se faz...



Quadros de pessoal

Dois pesos duas medidas

A Lei 11/89, de 1 de Junho, que contém as «Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar», «... garante a todos os militares o direito de progressão na carreira nos termos fixados nas leis estatutárias respectivas...»

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) define de forma clara e perfeitamente inteligível as normas de integração e progressão na carreira, estabelecendo, de forma rigorosa, as condições para as diferentes modalidades de promoção, em vigor desde 1 de Janeiro de 1992, de acordo com o fixado no Art.º 28.º do Decreto-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro.

Dispõe o EMFAR que nas modalidades de promoção por escolha e antiguidade, as promoções, reunidas as condições necessárias, terão lugar mediante a existência de vacatura, devendo o processo administrativo conducente à ocupação das mesmas, ser iniciado logo que elas ocorram, processo nada desprezível, se tivermos em consideração que a data da antiguidade no posto corresponde à data em que ocorre a vacatura. É «n».

Como se especifica no n.º 1 do Art.º 180.º do EMFAR, vacaturas são os lugares nos quadros especiais não preenchidos pelos efectivos legalmente aprovados, mais ainda, segundo o n.º 4 do mesmo artigo «... Se se verificar a existência de vacaturas em lugares correspondentes a determinado posto e as mesmas não possam ser preenchidas por não haver militares que reúnam as respectivas condições de promoção, efectuar-se-ão as promoções nos postos hierarquicamente inferiores como se tivesse sido efectuado o respectivo movimento.»

Novas regras

Aprovadas as normas estatutárias pensava-se já não existir espaço para dúvidas descabidas ou interpretações mais ou menos arbitrárias das normas legais em vigor.

Só que...

Perante a admiração geral, o Decreto-Lei 202/93, de 3 de Junho, que fixa os quadros de pessoal de cada ramo, adiantando no seu preâmbulo que «... Em claro ambiente de mudança, que se pretende dinâmico e adequado à realidade, o dimen-

sionamento dos novos quadros implica a adopção de um regime de transição flexível até um de Janeiro de 1996...» Em consequência o n.º 2 do Art.º 3.º daquele decreto estabelece que no período que «... decorre entre 1 de Janeiro de 1993 e 31 de Dezembro de 1995 o preenchimento do total das vagas eventualmente existentes não é obrigatório...»

Estava dado o mote para um dos processos mais escandalosos e arbitrários que nos últimos anos ocorreram nas Forças Armadas em matéria de promoções.

É verdadeiramente inacreditável que num Estado de Direito, a caminho da plena integração europeia se continuem a subverter leis em nome da flexibilidade inerente aos regimes de transição. O processo ocorrido com a aplicação do NSR, vulgo escalões, volta a repetir-se!

Todavia, se o Decreto-Lei 202/93 deixava no ar receios e dúvidas, sobre os reais resultados da sua aplicação, é o Despacho 62/MDN/93 que corporiza, pelos seus números, o verdadeiro desprezo com que são tratadas as carreiras militares em geral, e em particular as carreiras de sargentos.

Dois pesos

Com efeito o Despacho 62/MDN/93, que fixa os quantitativos máximos por posto a vigorar no ano de 1993, ilustra de forma inequívoca a desigualdade com que são tratadas as questões de carreiras. O comunicado da Comissão Permanente do Ramo Exército, do qual, em caixa, se fazem algumas significativas transcrições, é disso bastante elucidativo.

Realce, merece o cinismo com que no preâmbulo daquele despacho se refere que os quantitativos a fixar deverão ter em atenção «... o normal desenvolvimento das carreiras militares.» Talvez seja essa a razão pela qual ficaram centenas de vagas por preencher — evitaram-se muitos ataques cardíacos, provocados pela comoção de uma ascensão demasiado rápida na carreira.

Mas... talvez por manifesta aversão ao raciocínio lógico, no Exército, foi-se ainda mais longe!

Fizeram-se promoções sem existirem quadros especiais aprovados. Ou seja, fizeram-se promoções em função de vagas existentes,



porque inexistentes eram os quadros que as determinam.

Duas medidas

Entrámos, assim, no reino da pura ficção, ou talvez da magia da adivinhação dos porquês, de uma acção que contraria toda e qualquer espécie de lógica...

— Vejamos!?

— Que critérios ou ordem de razões levaram àquelas e não a outras promoções?

— Como se estabeleceram, com tanto rigor, as datas de antiguidade dos militares promovidos, se, e de acordo com as normas legais em vigor, a data de antiguidade no posto é ditada pela data em que ocorre a vacatura no respectivo quadro especial — que pelo menos até final de Setembro continuavam por publicar?

— Por que não se promo-

vem os militares que ainda constam das listas de promoção homologadas, sabendo-se que existe já um número significativo de saídas, para a reserva, umas, para o quadro de oficiais, outras?

— Será que o Exército encara como actividade lúdica o número já significativo de acções judiciais, movidas por militares lesados nos seus direitos e aguarda com acrescida ansiedade a entrada de novas acções por desrespeito das normas legais que regulam as promoções?

— Ou será que o EMFAR apenas tem como finalidade a decoração de estantes e secretárias dos gabinetes, daqueles que não compreendem que o «quero, posso e mando» há muito que foi ultrapassado?

Para tantas interrogações, apenas uma resposta:

— MISTÉRIO!...

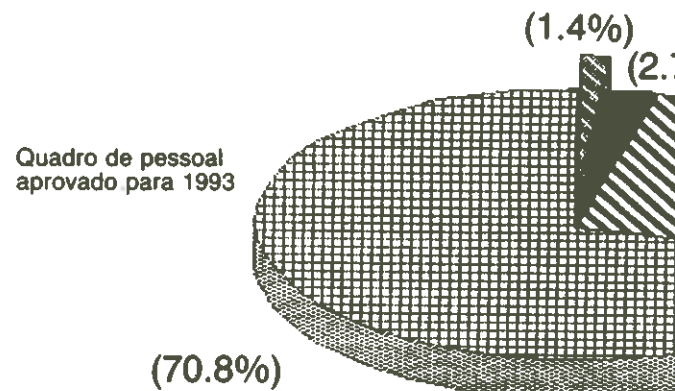
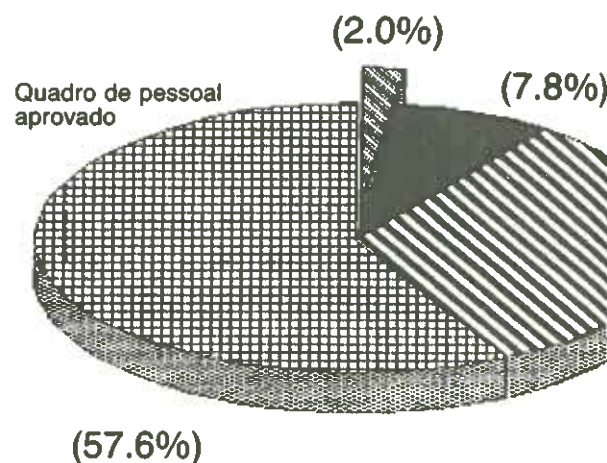
Afunilamento da carreira

Há luz dos diplomas aprovados, e já publicados — Decreto-Lei 202/93, de 3 de Julho, que aprova os quadros de pessoal e Despacho 62/MDN/93, que aprova os quantitativos máximos por posto para o ano de 1993, a triste realidade dos números é esta: para um quadro de pessoal que comporta 161 Coronéis e apenas 84 Sargentos-Mor, são autorizados para o ano de 1993, um máximo de 171 (+ 10) Coronéis e só 50 (cinquenta!?) Sargentos-Mor e 100 (cem) Sargentos-Chefe. Ou seja, só no posto de Coronel os quantitativos aprovados são superiores aos permitidos nos postos de Sargento-Mor e Sargento-Chefe.

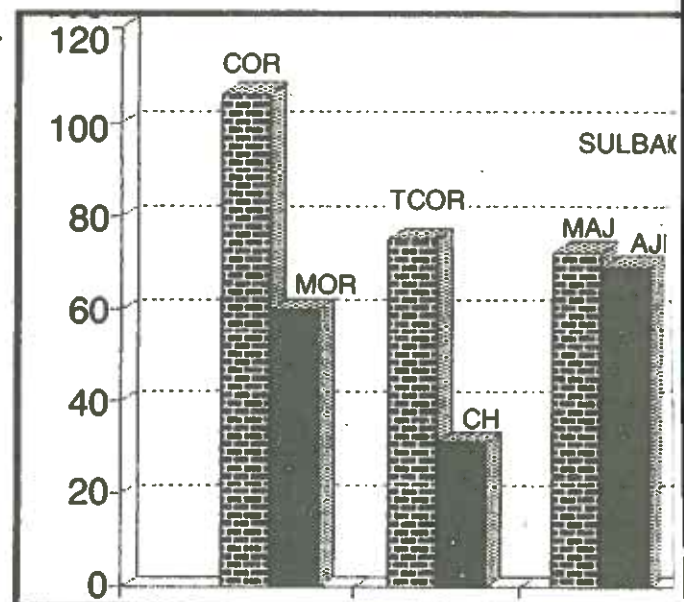
O caso mais significativo, acontece no posto de Sargento-Chefe, onde a percentagem da ocupação do quadro se fica pelos 31%.

Não podemos esquecer também os cerca de 200 (duzentos) Sargentos que frequentaram os três últimos EPSA, reunindo já todas as condições para a promoção ao posto imediato que vêem, neste momento, a sua promoção retardada, quando largas dezenas, para não dizer centenas de militares, com o mesmo posto e de menor antiguidade, se encontram a desempenhar funções de posto superior.

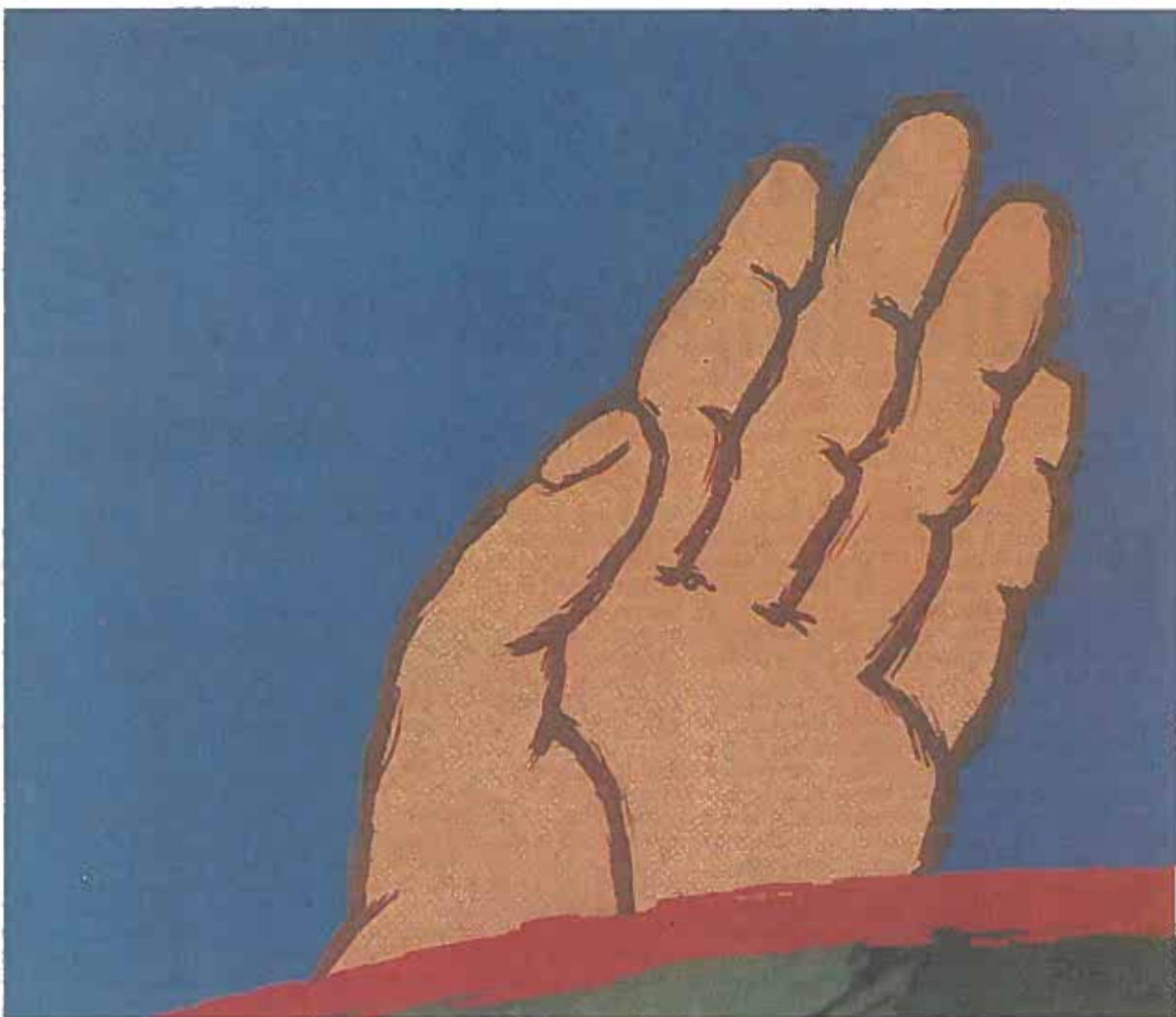
A carreira dos sarg



0% de ocupação do QF



A ANS está a preparar a apresentação de uma queixa ao Provedor de Justiça pela forma como estão a ser apurados os montantes das quotas em dívida à Caixa Geral de Aposentações. Há situações em que a dívida atinge quantias várias vezes superiores à própria remuneração auferida no tempo correspondente, o que já levou a que dezenas de lesados efectuassem exposições e requerimentos.



Aposentações:

Vão-se os anéis e os dedos...

Em 1982, um militar, em SMO, actualmente 1.º sargento, auferiu a quantia de 26.400\$00, valor correspondente a 12 meses de pré. Em 1993, ao pedir a contagem daquele tempo de serviço e o apuramento da respectiva dívida, foi surpreendido pela Caixa Geral de Aposentações (CGA): o montante apurado foi de 92.664\$00, ou seja, mais 351% do que o montante na realidade auferido no período a que se reportava a contagem.

A surpresa inicial, sucede a questão pertinente: como é possível que num Estado de Direito que tem como objectivos a defesa dos direitos dos seus cidadãos e a procura de maior justiça social, se permitam situações (são hoje já centenas, as situações semelhantes) que para além de caricatas têm um carácter marcadamente injusto e lesam direitos constitucionalmente reconhecidos.

Nem sempre foi assim!

Em 1979, o Decreto-Lei 191-A/79, de 25 de Junho,

dava nova redacção ao n.º 3 do artigo 13.º do Estatuto de Aposentação (EA), aprovado e posto em vigor pelo Decreto-Lei 498/72, de 9 de Dezembro, dada a reconhecida necessidade de «... ajustamento do Regime de Aposentação aos novos princípios de justiça social que se deseja venham a afirmar-se na sociedade portuguesa e bem assim às directrizes programáticas da Constituição...» estipularam-se então «...também sistemas mais equitativos de regularização de quotas em dívida...»

Assim, o n.º 3 do art. 13.º do EA passou a ter a seguinte redacção:

«3 — Nos demais casos de contagem de tempo, as quotas que não hajam sido pagas ou que tenham sido restituídas pela Caixa serão apuradas, sem juros, mediante aplicação da taxa vigente à data do requerimento a um valor médio a fixar por portaria do ministro das Finanças.»

Punha-se assim cobro a uma situação que no preâmbulo da Portaria Regulamentar, a Portaria 1079/81, de

21 de Dezembro, era assim caracterizada:

«... Não pareceu justo que aos funcionários que tivessem para contar tempo de serviço a que não tivesse sido inerente aquele direito se exigissem agora quotas a liquidar com base em remunerações actuais, muito maiores, em geral, do que as auferidas enquanto foi prestado o tempo de serviço a contar.

Por isso se determina no n.º 3 do artigo 13.º do Estatuto de Aposentação, na redacção que lhe foi dada pelo art. 1.º do Decreto-Lei 191-A/79, de 25 de Junho, que o cálculo das quotas em dívida deve ser feito com base em valor médio das remunerações correspondentes à época a que respeitem e em conformidade com portaria a publicar pelo Ministério das Finanças e do Plano...»

Parecia então ter-se encontrado um ponto de equilíbrio, defendidos os interesses legítimos do Estado e do cidadão.

EMFAR: o pomo da discórdia

Inesperadamente em 1990,

após a entrada em vigor do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), a CGA, por razões que a razão desconhece, passou a considerar como remunerações passíveis de desconto, para o cálculo das quotas em dívida, as correspondentes à data do requerimento, ignorando a obrigatoriedade de o cálculo ser feito «...com base em valor médio das remunerações à época a que respeitam...» como se encontrava definido na Portaria do Ministério das Finanças e do Plano.

O resultado não se fez esperar. Dezenas de exposições e requerimentos, muitas delas demonstrando de forma inequívoca as irregularidades cometidas pelos seus serviços, deram entrada na Caixa Geral de Aposentações.

A todos os argumentos, a Caixa fechou os olhos!!

O regresso ao passado

Dá-se então o inacreditável. Num autêntico regresso ao passado, o número 3 do art. 13.º EA, volta a ser alte-

rado, ou melhor, recuperado, na sua versão inicial, pela Lei do Orçamento, Lei 30-C/92, de 28 de Dezembro.

«3 — Nos demais casos de contagem de tempo, as quotas que não hajam sido pagas ou que tenham sido restituídas pela Caixa serão liquidadas, sem juros, com base na remuneração do cargo do subscritor à data da entrada do seu requerimento e na taxa então vigente.»

A ANS, alertada pelos seus associados, através do seu Departamento de Apoio Jurídico, vai apresentar queixa ao Exmo. Sr. Provedor de Justiça, solicitando-lhe que no uso das suas competências se digne interceder junto das entidades competentes, não só para que seja reposta a legalidade, no caso dos requerimentos anteriores a Dezembro de 1992, mas também para que se encontrem fórmulas mais justas de liquidação das quotas em dívida.

Atitudes autistas, por parte de instituições responsáveis, ditadas por meras e egoísticas razões economicistas, desacreditam o Estado como «Pessoa de Bem».

Lei da Condição Militar

Cumprimento da legalidade é um imperativo do Estado de Direito

MAJOR AMS RAPOSO

Para os menos conhecedores da condição estatutária militar, deve ser dito que os militares do QP (Quadro Permanente) têm três situações: **ATIVO**, fim de carreira mas **RESERVA** para actividades no serviço activo, e a terminal, que é a **REFORMA**. E que os militares do QP são os **profissionais das FA's**.

Só os imobilistas ou «velhos do Restelo» é que ainda não compreenderam que o fenómeno do **ASSOCIATIVISMO** dos profissionais das FA's é algo inexorável e fruto da marcha do tempo. Nesse grupo de protagonistas da «paragem do tempo» cabem a hierarquia militar retrógrada, a «classe política» na sua maioria e as tutelas políticas da componente militar da Defesa Nacional que temos tido no nosso país. Os responsáveis ao mais alto grau das FA's colocam-se na condição de «ignorantes», de não leitores ou de «perversos» intérpretes da nossa Constituição de 1976.

Senão vejamos. Constitucionalmente, as Forças Armadas são reguladas pelo Art.º 275.º No Art.º 270.º são referidas eventuais restrições aos direitos dos militares profissionais em serviço activo. Essas restrições foram regulamentadas e especificadas no Art.º 31.º da LDNFA. Apesar dessa Lei ser «mais papista que o Papa» (que a Constituição), admite que os militares do activo têm direito a se filiarem em **ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS** com competência **DEONTOLÓGICA**.

Condição militar

O que é caricato e que ilustra a, pelo menos, irresponsabilidade dos nossos representantes políticos, onde se inclui a «vanguarda» político-militar do Conselho da Revolução (de então), é que só em 1JUN89 foi publicada a Lei da **CONDIÇÃO MILITAR**. Foram precisos mais de 13 anos para que se estabelecessem os parâmetros da nossa condição de militares. Porque mais vale tarde do que nunca... vejamos dois preceitos dessa lei:

— A condição militar caracteriza-se pela subordinação à hierarquia, **NOS TERMOS DA LEI**.

— Os militares assumem o compromisso público de respeitar a Constituição e as demais leis da República..., **NOS TERMOS DA LEI**.

Façamos um esforço para ver claro dentro do quadro da lei — enquadramento legal — que regula o comportamento dos militares no activo. Nesse quadro quais os parâmetros que deve ter o associativismo deontológico?

— Antes de mais, o compromisso de **subordinação À LEI**.

— A hierarquia **TAMBÉM** tem de se **subordinar À LEI**. Em conformidade com os valores, quando os actos ou determinações da hierarquia se sobreponham à lei — assumpção arbitrária — os militares têm o direito de os denunciar ou/e de não se subordinarem a quem os dimana, quando se está perante um evidente **DESVIO** ou **ABUSO DE PODER** que somente é discricionário e que, em muitos casos e de acordo com a lei, deve ser fundamentado quando o militar levantar dúvidas legítimas.

Deontologia, direitos e legalidade

Explicitadas que foram as questões do quadro legal e o campo de acção deontológica dos militares no activo (e não só...), é pertinente pôr-se a questão da defesa dos direitos/interesses legalmente protegidos desses militares. Ora a lei não especifica que é a hierarquia a instância competente. Em reforço desta asserção, que poderia ser uma omissão legal, pronunciou-se o General CEMGFA, numa cerimónia do Dia das FA's, dizendo publicamente que os EM ou CEM não eram «sindicatos» dos militares. Pode-se pois concluir, sem se vislumbrar ser abusiva interpretação, que na **área deontológica** tem cabimento a

defesa desses direitos, desde que seja invocado o **fundamento legal**.

Tudo o que foi dito foi no campo dos **PRINCÍPIOS** que constitui o Estado de Direito. Mas à hierarquia foram dadas «armas poderosas» contra as quais o subordinado que pauta o cumprimento das missões em **OBEDIÊNCIA À LEI** se vê impotente. A mesma Lei da Condição Militar, em pormenor, refere que o **DEVER DE OBEDIÊNCIA** só cessa se o cumprimento da vontade do superior implicar a prática de **CRIME**. E a violação dos direitos legalmente protegidos pode não ser crime...

Após estas questões prévias, mas pertinentes, vejamos então o «pano de fundo» que levou, desde 1990, os militares do QP a incrementarem os seus propósitos de **ASSOCIATIVISMO**, extravasando o campo deontológico restrito e factual específico, atrás exposto e fundamentado nos devidos termos do Estado de Direito.

Em meados de 1992 o Departamento da Defesa Nacional iniciou a campanha de aliciamento de jovens para as novas Forças Armadas.

Quem conhece a Instituição Militar tem de interrogar-se com essa «novidade». Será que a Instituição «envelheceu», está caduca? E quem mais estará em condições de a rejuvenescer? Não serão os seus quadros entre os 30 e os 60 anos? Ou será que a «velha» Instituição já não serve e que é preciso substituí-la por outra «nova»? Mantendo os seu «perenes» valores, as conhecidas virtudes que fizeram dela uma reserva moral da Nação?

Mais transparência e frontalidade

Ou estaremos perante outra realidade, uma **novidade**? O que quer que seja, é um sinal inegável de que o «manto» que encobria essa suspeita intenção pouco a pouco vai deixando ver os contornos dos jogos de bastidores, dos propósitos do poder.

A maior parte dos quadros militares (do Quadro Permanente, entenda-se), nos quais a velha Instituição se apoiava para servir o País, sente a frustração pelas continuadas surpresas. Dantes as alterações na Instituição Militar passavam sempre por eles, agora constata-se que as chefias e a tutela política os estão a pôr perante o facto consumado.

Na medida em que se trata de um complexo organismo estatal com especificidade única e que é basilar em qualquer Nação-País-Estado, é de interesse nacional saber-se se as motivações para o encobrimento das intenções servem o normal funcionamento das instituições ou se, pelo contrário, são perversas ou maquiavélicas com propósitos obscuros.

Até pode ser vantajoso para o País que gradualmente acabe a velha Instituição Militar e que em seu lugar surja um organismo estatal menos autónomo, Instituição como a que existiu nestes últimos dois séculos. Mas a ser assim é conveniente que esse propósito seja publicamente clarificado. Não só para que a sociedade portuguesa (a civil e não só) saiba o que se está a passar mas também para evitar o clima de incerteza e insegurança vivido nas actuais estruturas militares. Doutra modo dar-se-á lugar ao ambiente «golpista».

Bem vistas as coisas, há várias questões em suspenso ou por clarificar. Por isso se exige dos responsáveis políticos pelo Departamento da Defesa Nacional uma limpeza de processos, evitando ao máximo a demagogia e o secretismo despropósito, senão as consequências podem ser de retrocesso para a democracia portuguesa e para a sua via de desenvolvimento e modernização. Se não houver ponderação e os adequados cuidados no tratamento da matéria militar a nossa subalternidade na Comunidade Europeia pode ser incrementada e o cidadão comum é que vai sofrer isso na pele...

Peguemos na questão que consideramos basi-

lar; a velha Instituição Militar está a dar os últimos ais e face a esse «toque de finados» há redefinições a fazer? As Forças Armadas devem continuar ou não a ser uma Instituição com autonomia singular dentro das entidades públicas? Constitucionalmente ainda são. Mas, de facto, ainda devem continuar a ser? Ou devem ser somente uma **ORGANIZAÇÃO ESTATAL** claramente governamentalizada?

Se isso não ficar «preto no branco», a organização Forças Armadas irá ser regulada ao capricho da corrente partidária-governamental e, desse modo, criar-se-ão condições que podem subverter o funcionamento do **ESTADO DE DIREITO**. Ou então continuamos a observar a política de «meias tintas» e de «atamancanços», como têm sido os últimos pacotes legais militares.

É sabido que nesta matéria os «complexos» políticos existem desde o restabelecimento do regime democrático. São as conhecidas sequelas do 25 de Abril. Os melindres sentidos no espectro político-partidário foram sendo mais ou menos disfarçados (nem sempre...) mas não esquecidos. Tem sido guardada a oportunidade para ser dado o tratamento que o poder entende que merece a Instituição Militar.

Vejamos agora os impactos sentidos no interior da Instituição Militar. Nunca foram muito conhecidos, apesar de esporadicamente virem a público alguns factos soltos. O espírito de corpo foi significativamente afectado e, naturalmente, as relações entre os militares e a própria cadeia de comando. Em consequência, os alicerces da velha Instituição foram abalados e têm vindo a ceder.

Por isso, nas superestruturas das Forças Armadas foi sentida a necessidade de ser defendida a autoridade a todo o custo, mesmo com a desvirtuação dos valores da velha Instituição Militar. Esses «complexos da hierarquia» foram a motivação que levou a que a metodologia e os processos utilizados nas alterações estatutárias e do sistema remuneratório não tenham sido conformes à tradição e aos «velhos» valores da Instituição. Foi introduzido o «complicómetro» e a «baratinação», o que levou os militares a não se aperceberem do que se estava a passar. Exactamente o contrário do necessário à manutenção do espírito de corpo e à máxima tradicional que se consubstanciava em «clarinho que é para militar». Perante razoáveis dúvidas surgidas, a hierarquia impôs os «motes»:

— Não levantem problemas, nem ponham questões porque tudo foi feito no vosso interesse e do país. Portanto, ao fim e ao cabo, nunca vão ser prejudicados. Os chefes estão do vosso lado e só querem o vosso bem.

— Isto é tudo muito complexo e só os órgãos de Estado-Maior estão capacitados para entender as alterações orgânicas, estatutárias e do sistema retributivo.

Marginalização

Os militares que não aceitarem essas orientações arriscam-se a ser marginalizados (leia-se prejudicados quando houver oportunidade de...). Por isso a insegurança campeia, a reacção corrente é de esperar para ver (atitude passiva) e o rendimento/produtividade é de retrocesso.

Por sua vez a sociedade civil, os grupos político-partidários e a maioria social (que foi convencida pela dinâmica político-social, com a «ajudinha» da influência partidária, que a crise económica se deveu à intervenção excessiva dos militares na vida política do país) têm vindo a preparar-se para se «desferrar». Esse propósito foi sedimentado com o prolongamento do poder político da Instituição Militar, materializado no Conselho da Revolução, considerado uma «ameaça» à sociedade civil.

Instaurou-se gradualmente um clima de suspeição em relação à Instituição Militar. A sentença «de morte» parece já ter sido ditada para que a ve-

lha Instituição não tenha condições para fazer outra vez qualquer espécie de 25 de Abril. Enfim, passou a ser uma «inimiga» da nossa democracia, considerada irreversível e cada vez com mais sucesso. É caso para dizer, ao que nós chegámos...

Aliando-se estes dois aspectos das consequências reais do 25 de Abril, tudo parece conjugar-se para que se extinga a Instituição Militar e em seu lugar se instale um **CORPO MILITAR** profissionalizado e com um quadro legal semelhante a qualquer corpo policial.

Uns dirão que é negativo, perder-se uma Instituição com perenes valores que foram o suporte da unidade nacional, que contribuíram para o aprofundamento da formação cívica dos cidadãos e que tem assegurado o normal funcionamento das instituições nacionais. Outros dirão que tal Instituição é obsoleta e que a dinâmica social já a deitou para o «caixote do lixo» da história.

Não se pretende aqui puxar para uma ou outra posição. Deixamos isso ao critério de cada um. Além disso tal levaria a circunstanciados e extensos desenvolvimentos, porventura desnecessários. Nesta conjuntura a nossa posição é só uma, mostrar que é fundamental haver uma decisão do poder político que não seja a continuação do «faz de conta», por ser perverso e perigoso.

Estabilidade e segurança

A instabilidade e a insegurança reinantes nas Forças Armadas são prejudiciais para todos. Para que elas se atenuem e cessem a curto prazo exige-se dos poderes públicos:

— Definições para a **ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS**.

— Cumprimento das missões militares na estrita obediência à lei. Garantia de que os actos e as tarefas sejam executados de acordo com as normas e regras constitucionais, reguladas na **LEI DA CONDIÇÃO MILITAR**, de modo a evitar desvios e abusos de poder.

— Efectiva defesa dos direitos dos militares e que são legalmente protegidos.

— Efectivo mecanismo dissuasor que permita a concreta responsabilização das hierarquias que internacionalmente violem a lei e os direitos e interesses dos subordinados, legalmente protegidos.

— Instauração do sistema mais objectivo possível de avaliação dos militares durante a sua carreira, de modo a evitar a arbitrariedade e a submissão injustificada e contrária aos deveres da condição militar. Esse sistema deverá premiar a competência no cumprimento das missões e penalizar o nivelamento pela mediocridade, o conformismo anestesiante.

Também não devem ser postos entraves artificiais e hipócritas à existência de **ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS MILITARES** e, eventualmente, de um **PROVEDOR ARBITRAL** (não só para as Forças Armadas mas também para os corpos policiais). Os condicionalismos e os passos legais a dar para permitir (ou não) a sua instalação devem ser adequados às referidas definições para a organização das Forças Armadas. Requerem-se pressupostos judiciosos e a criação de um **ambiente de não ameaça** no seio militar.

Em matéria de Defesa Nacional as políticas de «águas turvas» são sempre prejudiciais ao interesse nacional. Aos responsáveis pelo poder político exige-se coerência, coragem e competência, enfim, responsável sentido de Estado. A hierarquia sugere-se a devida reflexão no sentido de ser feita a «agulha» e pautar os seus actos em conformidade com a Lei da Condição Militar.

Doutro modo, a tendência é para se agudizarem as lutas associativas em defesa dos direitos legalmente protegidos dos militares profissionais das FA's. Para tanto os militares poderão ser compelidos a mostrarem à sociedade civil «a cruel nudeza da verdade sob o manto diáfano da... prepotência!»

Clube de Sargentos do Exército

Está para breve a aquisição de nova sede

A encerrar o ciclo de entrevistas aos presidentes dos Clubes de Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, entrevistamos, neste número, o presidente do Clube de Sargentos do Exército, Chaves Dias. O clube, sediado no Porto e com uma delegação em Lisboa, tem características específicas. As comemorações do 31 de Janeiro são o ponto alto da actividade do clube e a aquisição de uma nova sede é a aspiração mais imediata.

O Sargento — Quando e com que objectivos se criou o Clube de Sargentos do Exército?

CSE — O clube foi formado há 10 anos, em circunstâncias pouco favoráveis que a tenacidade dos seus fundadores conseguiu ultrapassar! Os objectivos foram e serão sempre a unificação da classe e através dela prestigiar as Forças Armadas. Infelizmente nunca fomos compreendidos pelas chefias militares apesar de respeitarmos escrupulosamente os estatutos.

O Sargento — Porquê com sede no Porto?

CSE — A sede no Porto deve-se a factores de ordem histórica, que os sargentos aceitaram, como prova o facto do 31 de Janeiro ser aceite pelos três ramos como sendo o Dia Nacional dos Sargentos.

Por outro lado procurou-se evitar a macrocefalia da capital, que a própria sociedade civil contesta.

De qualquer forma temos em Lisboa a Delegação n.º 1 que, em perfeita sintonia com a sede tem vindo a desenvolver um bom trabalho.

O Sargento — Que actividades o clube promove?

CSE — As actividades vão de encontro aos anseios dos sócios que conhecem os condicionamentos existentes mas, apesar de tudo, levamos a efeito várias mesas-redondas, colóquios e exposições que, nalguns casos, foram objecto de grandes elogios não só das autarquias como do público em geral.

No tocante às actividades desportivas reconhecemos um grande decréscimo mas a isso não é alheio o custo e/ou a dificuldade em arranjar espaços próprios.

O Sargento — Actualmente, que actividades patrocinam?

CSE — De momento estamos mais preocupados com a aquisição de sede própria, queremos cumprir com a promessa feita aos associados, pelo que as actividades têm sido essencialmente viradas para consciencialização da classe em relação aos problemas que a reestruturação em curso veio trazer ao Exército em geral e aos sargentos em particular.

O Sargento — Que dificuldades e que incentivos o clube encontra para desenvolver as suas actividades?

CSE — A dificuldade principal deve-se, como é óbvio, à grande dispersão dos sócios que vai do Minho à Madeira e Açores, mas, como o II Encontro das Associações do Porto (promovido pela Câmara Municipal) mostrou que o associativismo em geral atravessa uma grande crise e, sendo nós um clube de militares, essa crise é mais difícil de ultrapassar, dados os condicionamentos que subjectivamente nos são impostos.

O Sargento — Qual o grau de participação dos sócios nas actividades do clube?

CSE — Pelos motivos que acabei de citar e outros que não precisarei, podemos considerar que é aceitável o nível de participação dos sócios.

O Sargento — As instalações da sede do clube são satisfatórias?

CSE — É por demais evidente que a sede nunca conseguiu satisfazer as necessidades, serviu apenas como espaço físico para pequenos convívios, reuniões de direcção e pouco mais.

Essa situação tem sido ultrapassada com a cedência de instalações por parte de colectividades amigas e autarquias, recorrendo pontualmente ao aluguer de grandes espaços.

O Sargento — Como pensam resolver o problema das instalações?

CSE — Disse-lhe há momentos que estamos em vias de concretizar a aquisição da nova sede que, não vindo resolver todos os problemas é pelo menos um espaço mais digno e por outro lado vem libertar-nos de um elevado encargo mensal, que é a renda! É evidente que continuaremos a ter de recorrer a cedências ou aluguer para as iniciativas que requeiram grandes espaços.

O Sargento — Quantos sócios tem o clube?

CSE — Rondam os 1000.

O Sargento — Em relação ao número de sócios inscritos no clube, quantos participam efectivamente na vida do clube?



Intervenção do presidente do Clube de Sargentos do Exército, Chaves Dias, nas comemorações do 31 de Janeiro.

CSE — Pela grande dispersão a nível de todo o país é difícil calcular a participação activa, pois há iniciativas nesta ou naquela guarnição da província, que por vezes nos escapam.

Citar-lhe-ia por exemplo as comemorações do 10.º

aniversário do Clube de Sargentos e 4.º aniversário da ANS que em Chaves reuniu, no passado 10 de Junho, cerca de 200 sargentos e famílias.

O programa rico em camaradagem, teve início logo pela manhã com missa e entre o

apetitoso almoço e o jantar assistimos a uma série de jogos tradicionais; era já noite quando se levantou ferro de regresso à cidade.

O Sargento — Quantos sócios pagam regularmente a quota?

CSE — Não lhe posso concretizar porquanto o pagamento de quotas à Delegação n.º 1 é receita dessa delegação. No que diz respeito à sede poder-lhe-ei dizer que a situação é satisfatória, embora não prime pela regularidade, mas podemos considerar que, um ou outro atraso, são normais numa associação onde as quotas não são descontadas no vencimento ou por desconto bancário.

O Sargento — Como tem evoluído a adesão de sargentos ao clube?

CSE — Neste caso não sou tão optimista. Como já anteriormente lhe referi, os condicionamentos em que nos movimentamos que, aliados a um problema cultural, estarão a contribuir para a menor adesão dos camaradas ao seu clube.

O Sargento — Têm-se inscrito novos sócios?

CSE — Têm, mas desejariamos que fossem em maior número.

O Sargento — Quantos, no último ano?

CSE — Pouco mais de duas dezenas.

O Sargento — O clube tem algum plano para angariar novos sócios?

CSE — A direcção está atenta e, em conjugação com a Delegação n.º 1, vamos iniciar uma campanha de sensibilização, que terá como ponto de partida fazer a história da classe, dar-lhe a conhecer o passado, mostrando o presente e mostrando-lhe quais as perspectivas do futuro.

O Sargento — Como é que o clube divulga as suas actividades aos sócios?

CSE — Na maioria das vezes através de correspondência com alguns núcleos estratégicos que, por sua vez, a divulgam.

O Sargento — Têm algum jornal, revista ou boletim?

CSE — Temos um boletim informativo, mas, infelizmente não tem tido a regularidade que desejávamos, dado o alto custo da sua distribuição.

O Sargento — Quais são os temas tratados?

CSE — Como é do conhecimento dos sargentos, os nossos estatutos adaptam-se perfeitamente a qualquer país democrático, como tal, o boletim está aberto a todos os temas, digamos que não existem tabus, excepto aqueles que não respeitem o apertadismo.

O Sargento — Como é

feita a distribuição do boletim aos sargentos, sócios ou não?

CSE — Pelos motivos que há pouco referi a sua distribuição é feita através dos tais núcleos estratégicos.

O Sargento — O clube tem relações institucionais com a hierarquia?

CSE — Aquando da formação do clube, há 10 anos, procurámos várias vezes o contacto mas, infelizmente, nunca fomos felizes nessas demarches.

Apesar de tudo temos mantido uma postura irrepreensível, correndo muitas vezes o risco de sermos considerados moles e outros adjectivos que não interessa mencionar.

Porque acredito nos homens estou convicto que a razão virá à tona e nessa altura estaremos abertos para essas relações institucionais.

O Sargento — O clube tem alguns apoios, para além do que é dado pelos associados?

CSE — Se se refere a apoios monetários, têm sido muito fracos, porque as autarquias locais também não nadam em dinheiro. Já em relação a instalações temos um bom relacionamento com outras associações culturais e recreativas assim como com o poder local.

O Sargento — O clube comemora, por determinação dos estatutos, a revolta de 31 de Janeiro. Como são vividas essas comemorações, principalmente pelos sargentos do Porto?

CSE — São realmente o ponto alto do clube e não são apenas os sargentos do Porto, também nas várias cidades da província é comemorado condignamente.

Este ano tivemos a presença do representante do Senhor Presidente da República, da Associação 31 de Janeiro, dos republicanos do Porto, Associação 25 de Abril, da Associação Nacional de Sargentos e do presidente da Euromil, que se fazia acompanhar do secretário-geral da referida associação.

No próximo ano contamos voltar a juntar um grande número de individualidades e mobilizar outras forças vivas do Norte do país.

O Sargento — Que mensagem quer deixar aos sargentos em geral e, em particular, aos sócios do CSE?

CSE — A todos os sócios que tenham fé no futuro do clube e continuem com a mesma esperança que há dez anos.

Aos restantes camaradas que façam um exame de consciência e depressa chegarão à conclusão que só a união em torno do clube poderá fazer brilhar o arco-íris da nossa classe, mostrando que o lema «Removendo o Temor ao Pensamento» não está lá por acaso.

Se na guerra nunca o medo nos fez recuar, porque haveríamos agora de fazê-lo?

Delegação de Lisboa

O Clube de Sargentos do Exército tem uma delegação em Lisboa, à qual estão ligados cerca de 150 sócios. Actualmente, está a decorrer uma acção de angariação de sócios, através do contacto, por carta, com todos os sargentos formados nos últimos cinco anos nas Caldas da Rainha. O presidente da delegação, Soares Rodrigues, disse-nos que ainda não é possível contabilizar os resultados finais desta acção, mas mostrou-se satisfeito com o número de novas adesões que têm chegado ao Clube.

A delegação do CSE em Lisboa ainda não possui instalações e recebe a correspondência dos sócios em caixas postais, uma na Amadora e outra em Almada. Para ultrapassar este problema foram já estabelecidos contactos exploratórios com o Ministério da Defesa Nacional, no sentido de conseguir a cedência de um espaço para a delegação numa das várias instalações devolutas que o Ministério possui em Lisboa.

As actividades da delegação, obviamente prejudicadas pela inexistência de instalações, conseguem, ainda assim, reunir em convívio muitos sargentos e respectivas famílias. Neste aspecto, o presidente da delegação, Soares Rodrigues, destacou o contributo do clube no fomento do relacionamento dos sargentos mais antigos, alguns já na reserva e na reforma, com os mais jovens e vice-versa.

O Decreto-Lei 300/84, de 7 de Setembro, define o Sistema de Autoridade Marítima (SAM) como um sistema que tem por fim garantir o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

O sistema orgânico da Autoridade Marítima consiste no quadro institucional formado pelo conjunto de órgãos posicionados nos níveis central, regional e local intervenientes nas seguintes áreas:

a) Segurança Marítima, no que respeita ao tráfego de navios e embarcações, à salvaguarda da vida humana no mar e ao assinalamento marítimo.

b) Preservação do meio marinho, no que respeita aos recursos vivos, à defesa contra agentes poluidores, ao combate à poluição, à vigilância do litoral e à defesa das áreas do património público.

c) Preservação e protecção dos recursos do leito do mar e do subsolo marinho e do património cultural subaquático.

Como é sabido, historicamente tem cabido à Marinha o desempenho de tal quadro de missões de autoridade marítima, através da Direcção-Geral da Marinha, encontrando-se os organismos do Sistema na sua dependência.

É igualmente reconhecido que ao longo dos anos tem havido sobreposições de responsabilidades e competências, nomeadamente com a Guarda Fiscal e a Inspeção-Geral das Pescas, que têm como causa, entre outras, definições do ordenamento jurídico.

A recém-publicada Lei Orgânica da Marinha e o que se conhece do pacote legislativo governamental para a área do Sistema de Autoridade Marítima, perspectiva a alteração da alçada orgânica do Sistema para o MDN e com ela a competência do ministro Fernando Nogueira para nomear o director da Direcção-Geral da Marinha — órgão de Direcção e Coordenação do Sistema.

Óbvio se torna considerar, que esta medida governamental em nada altera os problemas existentes, como sejam: a precariedade dos meios afectos à Autoridade Marítima; a sobreposição de competências e responsabilidades; a capacidade do Sistema responder às múltiplas responsabilidades que lhe estão atribuídas e às novas resultantes do processo de integração europeia.

Em boa verdade, não tem sentido que numa missão SAR (busca e salvamento) seja utilizada uma fragata MEKO e, por muito absurdo que isso seja, a verdade é que acontece.

E, em boa verdade também, a responsabilidade não é da Marinha. Lá diz o ditado popular «Quem dá o que tem...»

Então coloca-se a questão: por que não tem outro para dar? A resposta a esta questão, não podendo isentar a chefia da Marinha, não pode também deixar de considerar que tal resulta das opções que o poder político tomou.

No que respeita ao pessoal que estritamente opera nesta área — Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha — a arbitrariedade e a barafunda são

proporcionais aos problemas de que enferma o Sistema.

Divididos em seis grupos com funções distintas, mas cinco deles com relações funcionais estreitas na área do Sistema, regem-se por equiparação aos militares, estão sujeitos ao corte de direitos constante no Art.º 31.º da Lei de Defesa Nacional e FA's e não têm estatuto profissional.

O Pacote

O pacote que o Governo prepara para esta área resulta, entre outras, de duas razões:

1.ª — A crescente movimentação dos profissionais que operam nesta área que apesar de constituírem um quantitativo reduzido (cerca de 1200 homens), se tem desmultiplicado em iniciativas várias com vista à resolução dos seus problemas e numa saída para o próprio Sistema.

2.ª — Da prioridade dada à «Armada» relativamente à Marinha.

Sendo certo que a missão prioritária constitucionalmente atribuída às FA's é a da «... defesa militar da República», e sendo certo que tem subsistido um desequilíbrio quanto à relação de esforço para o cumprimento da missão prioritariamente atribuída constitucionalmente e as missões objecto do Sistema, claramente a favor das últimas, não se pode

Sistema de Autoridade Marítima

A Marinha e o Pacote Legislativo do Governo



subestimar a extraordinária importância do objecto do SAM no quadro da defesa nacional e sobretudo o facto de, por ausência de uma política quanto à matéria em apreço, e incorrectas prioridades políticas quanto a meios a adquirir (caso das Fragatas MEKO), existir uma situação em que os meios para o cumprimento de uma parte importante do objecto do Sistema da Autoridade Marítima serem os mesmos que para o cumprimento da missão constitucionalmente atribuída de defesa militar da República.

Assim sendo, não é a governamentalização do SAM que resolve o problema, a menos que progressivamente o Governo vá prescindindo do empenhamento dos meios da Marinha afectos actualmente ao SAM.

E se é verdade que no quadro do desempenho das missões de defesa militar da República é possível compatibilizar algumas missões do SAM, também é verdade que outras há, em que tal não só não é possível como absurdo, pelo tipo de meios empregues e os custos elevados que implica.

Por outro lado, a governamentalização do SAM deverá ter como consequência que a respectiva dotação orçamental para o sustentar, saia do MDM, passando a Marinha prestadora de serviços ao Sistema.

Temos, portanto, que esta componente do pacote visa, sobretudo, abrir espaço ao Governo para uma intervenção directa no Sistema.

Mas o pacote do Governo não fica por aqui. Assim, no que respeita ao pessoal é perspectivado:

— Recrutar o Corpo da Polícia Marítima (cerca de 400 homens), incorporando os Cabos de Mar, mantendo o seu carácter militarizado.

— Passar os Faroleiros para o Quadro do Pessoal Civil da Direcção-Geral da Marinha.

— Passar para o Quadro de Pessoal Civil da Marinha os Polícias dos Estabelecimentos da Marinha, os Troços do Mar⁽¹⁾ e os Práticos da Costa do Algarve.⁽²⁾

Contradições

Relembrando que, actualmente, este conjunto de homens com funções distintas, mas, na maior parte, com relações funcionais estreitas, fazem parte de um só Quadro, o pacote em perspectiva conduz a que só o Corpo da Polícia Marítima e os Faroleiros fiquem a operar na área do Sistema de Autoridade Marítima, mantendo-se os restantes na alçada da Marinha, integrando o seu quadro de pessoal civil.

Há nisto um aspecto caricato; quem tem a preparação

técnica para a condução e manutenção das lanchas — Troços de Mar e Práticos da Costa do Algarve — a partir das quais operam os Polícias Marítimos, fica fora do Sistema.

O facto é que, implementadas que sejam as medidas do Governo, terão de ser esses técnicos a assegurar o movimento das lanchas, a navegação. E se assim é, não se entende que o vão fazer como prestadores de serviços ao Sistema, mas antes se impõe que sejam parte integrante do mesmo.

Sendo verdade que os Troços do Mar desempenham actualmente também serviços à Marinha, como seja o transporte de combustíveis, parece-nos que esse tipo de tarefas deveria ser realizado por militares, mantendo-se esses técnicos exclusivamente para o SAM.

Mas tudo isto é ainda mais caricato, se lhe acrescentarmos a intenção governamental, de retirar às atribuições da Polícia Marítima as funções de policiamento geral na área física do domínio público marítimo, transferindo-as para a GNR e PSP. Isto é, a Polícia Marítima é para actuar na água e não em terra. Como princípio é bom. Mas de que vale o princípio sem os meios para o cumprir? Ou pretenderá o Governo criar uma situação

absurda para mais adiante — quem sabe, no quadro da constituição da falada Brigada Fiscal, que até possui o sistema LAOS de vigilância da costa — justificar outro tipo de medidas?

Segurança interna

A leitura do Relatório de Segurança Interna referente a 1992, é também um complemento importante para o entendimento da questão acima colocada.

Na parte respeitante à Guarda Fiscal pode-se ler:

«Devido a dificuldades de natureza operacional optou-se por reduzir a actividade operacional terrestre com envolvimento de viaturas, e incrementar, por outro lado, e prioritariamente a actividade fluvial e marítima». O referido Relatório acrescenta ainda que «foi registado um aumento significativo dos patrulhamentos fluviais e marítimos (mais 351 relativamente a 91) e uma maior incidência em acções de 'aguardos' (espera) na orla marítima».

A justificação para esta evolução resulta, segundo o Relatório, dos seguintes motivos:

«Encerramento de inúmeros postos fiscais (...) e o consequente balanceamento do esforço da fronteira terrestre para a orla marítima», e por outro lado, da «variação decorrente da modificação do novo conceito operacional e da prática decorrente da instalação dos meios de observação e detecção ao longo da faixa do litoral, bem como dos novos equipamentos (IRIS, binoculares, etc.) instalados em viaturas com que foram dotadas as companhias do litoral».

No que respeita às fronteiras, o Relatório chama a atenção para que «as fronteiras externas (aéreas e marítimas) deverão merecer uma maior atenção...»

Julgamos que esta breve transcrição de aspectos ligados com o SAM, constantes no Relatório de Segurança Interna, referente a 92, torna legítima a questão acima colocada.

Por fim, o pacote legislativo insiste na manutenção da Polícia Marítima com um carácter militarizado e todas as consequências que daí advêm. Muitas dúvidas se colocam quanto à constitucionalidade deste propósito. Certo é que os polícias marítimos não querem ser polícias militarizados. Resta, pois, aguardar para se verificar se as preocupações expressas têm, ou não, validade.

**Casimiro
Cabo da Ponte
(Reformado)**

(1) Os Troços do Mar são técnicos ligados com a condução de lanchas, bem como as partes mecânicas e eléctricas das mesmas.

(2) Os Práticos da Costa do Algarve são técnicos especializados em navegação na complexa costa algarvia.